

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.365 - SE (2018/0282088-2)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : J F DOS S (PRESO)
ADVOGADO : BRUNO LEONARDO OLIVEIRA SANTOS - SE006153
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por J F DOS S contra acórdão do Tribunal de Justiça de Sergipe que denegou o *writ* na origem.

O acórdão do Tribunal *a quo* tem a seguinte ementa (fl. 125):

HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL CONTRA ENTEADA. PRESENÇA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A DECRETAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E REGULAR ANDAMENTO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. RELAÇÃO FAMILIAR ENTRE AGENTE E VÍTIMA. RELATO DE AMEAÇAS À VÍTIMA. MEDIDAS PROTETIVAS QUE SE REVELAM INSUFICIENTES. INDÍCIOS DE QUE, MESMO APÓS SE AFASTAR DO LAR, O PACIENTE CONTINUAVA MANTENDO CONTATO COM A GENITORA DA VÍTIMA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. PRISÃO MANTIDA. HABEAS CORPUS DENEGADO. DECISÃO UNÂNIME.

Neste recurso, argumenta-se, em suma, a ausência dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, alegando que o recorrente não reside mais com a genitora da vítima, impossibilitando o risco de reiteração delitiva, requerendo, ao final, a revogação da prisão preventiva ou a sua substituição pelas medidas cautelares previstas no art. 319 da mesma lei processual.

O recorrente teve sua prisão preventiva decretada em 24/4/2018, sendo denunciado pela prática do delito tipificado no art. 217-A, *caput*, do Código Penal, c.c. os arts. 1º, IV, 5º, II, e 7º, III, da Lei n. 11.340/06 e 65 do Decreto-Lei n. 3.688/41.

Manifestou-se o Ministério Público Federal foi pelo improvimento.

Na origem, o processo n. 0002864-25.2017.8.25.0040, oriundo da Vara Criminal de Lagarto/SE, encontra-se aguardando o cumprimento de carta precatória para abrir prazo para apresentação de memoriais, conforme informações processuais recebidas via contato telefônico em 12/2/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade

antes do trânsito em julgado de sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Dispôs o decreto preventivo (fl. 86 - com destaques):

[...] A materialidade e autoria delitiva restaram comprovadas através dos depoimentos da vítima (fls. 17) e testemunhas (fls. 15,20,22 e 28) além de Relatório de Missão de fls. 27.

Ademais, além de tais requisitos, exige-se ainda a presença de determinadas circunstâncias que, por representarem perigo de dano maior à coletividade, são suficientes a autorizar a mitigação do direito de liberdade do indivíduo, com a expedição do decreto de custódia cautelar, mesmo antes do trânsito em julgado da eventual sentença penal condenatória. A propósito, a tais circunstâncias dá-se o nome de pressupostos da prisão preventiva, e se verificam quando houver risco à ordem pública ou econômica, ao devido desenvolvimento da instrução criminal ou à aplicação da penal. **Estamos então diante do periculum libertatis que encontra-se fundamentado na garantia da ordem pública, uma vez que, na condição de padrasto da Vítima, aliada a colaboração de sua companheira, presentes estão verdadeiros estímulos para a reiteração delitiva. Necessária também a preservação da instrução processual posto que emerge dos autos que o Denunciado já ameaçou de morte a mãe da Vítima.**

Assim, frise-se que a atitude do representado torna a medida cautelar imperiosa para garantia da ordem pública, haja vista a necessidade de se acautelar o meio social, garantindo a própria segurança e tranquilidade do povo desta urbe e evitando que condutas criminosas como as descritas nestes autos permaneçam, caso libere o suposto autor de tais condutas reprováveis.

Por outro lado, não só a garantia da instrução criminal, como a garantia de aplicação da lei penal também se mostram patentes, dada a necessidade de evitar o fortuito desaparecimento do suposto autor da infração para se subtrair aos efeitos de eventual condenação, posto que o Denunciado já se evadiu do distrito de culpa e uma nova evasão pode ser facilitada pelo fato de possuir familiares residindo em outros Estados.

Em face do exposto, com fundamento no arts. 311 e 312 do Estatuto Processual Penal, vislumbrando-se presentes indícios suficientes de autoria e materialidade delitivas, determino a Prisão Preventiva de **JOÃO FAUSTINO DOS SANTOS (POPO)**. [...]

Como se vê, expôs o decreto prisional fundamentação idônea com esteio na gravidade acentuada do delito, porquanto o acusado, abusando da confiança adquirida junto à família, praticou atos libidinosos com a enteada menor de idade; nas ameaças proferidas pelo réu, ora recorrente, à mãe da vítima; e, por fim, no risco de fuga do distrito da culpa, o que já ocorreu.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que justifica a prisão preventiva a verificação de circunstâncias reveladoras de uma

gravidade acentuada do delito, evidenciada na periculosidade do agente que, abusando da confiança adquirida junto à família, pratica atos libidinosos com a enteada menor de idade. Nesse sentido: RHC n. 49789/PR – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 26/8/2014; HC n. 258943/MT – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014.

Ademais, consigne-se que esta Corte tem entendido pela existência de fundamentos concretos quando a prisão se deu em razão das ameaças dirigidas às testemunhas, vítimas ou outras pessoas chamadas ao processo, nesse sentido: RHC 68.460/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 12/04/2016, DJe 18/04/2016; RHC 57.614/ES, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 28/03/2016; RHC 67.170/AM, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 17/03/2016; HC 346.926/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 12/04/2016, DJe 19/04/2016.

Ainda, é pacífico o entendimento desta Corte que a fuga do distrito da culpa é fundamento válido à segregação cautelar, forte da assecuração da aplicação da lei penal. Confira-se: RHC n. 52.178/DF – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer - DJe 2/12/2014; HC n. 289636/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 46439/PR – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze – DJe 2/5/2014; HC n. 261383/MG – 5ª T. – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/4/2014.

Em igual sentido a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, v.g.: HC n. 120794/MG – 1ª T. – Rel. Min. Luiz Fux – DJe 8/5/2014; HC n. 115045/SP – 1ª T. – Min. Rosa Weber – DJe 23/4/2013; HC n. 111691/SP – 2ª T. – unânime Rel. Min. Gilmar Mendes – DJe 20/11/2012; HC n. 112738/SP – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – DJe 21/11/2012.

Por fim, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

